

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Jornal do Comércio / MAO

CLASS. : 232

DATA : 18 08 87

PG. : 8

Mineradoras criam paranóia

O coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi),

Guenter Francisco Loebens, disse ontem que as mineradoras estão conseguindo seu objetivo: criar uma paranóia nacional envolvendo o caso das áreas de mineração em terras indígenas.



Guenter Francisco Loebens dando suas explicações

18/08/87

232

As acusações feitas pelo jornal "O Estado de São Paulo" e reproduzidas pelo Jornal do Comércio, foram mais uma vez refutadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), através do seu coordenador regional, Guenter Francisco Loebens.

De acordo com o documento, "o que está em jogo na verdade é a questão mineral nas terras indígenas e, atrás de toda essa campanha, se escondem os interesses das grandes mineradoras, não só nacionais, mas também multinacionais, com um objetivo muito claro: restringir ao máximo os direitos dos povos indígenas na futura Constituição".

"A denúncia contra a soberania nacional — continua a nota — está sendo usada muito bem por esses grupos econômicos que parecem estar conseguindo o seu objetivo: criar uma "paranóia" nacional".

No documento, o Cimi afirma que é "extremamente interessante" a posição dos "ardorosos defensores da Pátria", pois este e "outras entidades como o Cedi e o Conage já denunciaram por diversas vezes que só nas áreas indígenas, entre 1980 e 1985, foram concedidos pelo DNPM nada menos do que 215 alvarás de autorização de pesquisa para grupos multinacionais... Outros organismos da Igreja, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), também já denunciaram a investida do capital estrangeiro sobre a Amazônia se apossando de milhões de hectares de terra". "Esses dados são públicos — acrescenta o documento — e portanto deveriam estar em mãos dos "pretensos nacionalistas" de O Estado de São Paulo". Mas, "na verdade, não lhes interessa a origem do capital, contanto que sejam mantidos os privilégios da classe dominante".

AO "SABOR DOS INTERESSES ECONÔMICOS"

Mais adiante transcreve a nota: "Temos que reconhecer também que o Governo não cumpriu com o seu papel com relação à questão indígena. De acordo com o Estatuto do Índio, em 1978, todas as terras indígenas deveriam ter sido demarcadas. Acontece, porém, que no Estado do Amazonas até o presente momento apenas uma área indígena está demarcada, que é a dos Sateré Mawé. Todas as demais vêm sendo adiadas de acordo com o sabor dos interesses econômicos".

A nota afirma que "por incrível que pareça a demarcação de uma terra indígena, na maioria das vezes, só acontece quando o Governo brasileiro se sente pressionado pelos países estrangeiros ou então quando se dá uma ampla campanha a nível nacional". Aí é citado o caso da demarcação das áreas indígenas de Rondônia, "onde o Banco Mundial teve que suspender os financiamentos da BR-364 caso o Governo brasileiro não tomasse providências com relação às terras e à assistência aos índios".

"DOCUMENTOS FALSOS"

Segundo o documento, "para alcançar os seus objetivos, O Estado de São Paulo, atendendo aos interesses das empresas de mineração se valeu de muitos documentos absolutamente falsos. Textos de cartas, diálogos de reuniões, etc. foram forjados e

inescrupulosamente usados para incriminar o Cimi numa trama internacional, da qual os acusados de envolvimento só agora estão tomando conhecimento". Prossegue: "Se esse complô, existe, os responsáveis devem ser procurados entre aqueles que procuram saquear as riquezas naturais da Amazônia em busca de lucro fácil, e não os missionários que sempre defenderam a causa das minorias, e por isso se contrapõem exatamente a esses interesses".

O documento do Conselho Indigenista lamenta "que certas autoridades — e por serem autoridades têm uma imensa responsabilidade diante do povo — tenham se posicionado precipitadamente, en-

contrando fundamento nas denúncias de O Estado de São Paulo". De acordo com a nota, o Cimi espera "que essas mesmas autoridades, depois que a verdade dos fatos for comprovada — através da CPI ou mediante a ação judicial que a CNBB vai mover contra o jornal O Estado de São Paulo — sejam suficientemente nobres para se retratar publicamente". Caso contrário, prossegue: "Seremos forçados a acreditar que foram mal-intencionados".

"Não é o Cimi ou a Igreja Católica que vão ser os maiores prejudicados com essa campanha difamatória, mas sim os povos indígenas, que podem ter seus direitos históricos cortados da futura Constituição do Brasil", conclui o documento da Coordenação Regional do Cimi Norte I.